



DIEESE

69,8% das negociações coletivas tiveram aumento

Página 2

ARTIGO

O desafio do governo Lula 3

Página 4

MTE

Plano de Carreira se conquista com unidade

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XVI - Nº 185
Cuiabá - Maio de 2023

O compromisso

Acesse: www.sindsepmto.org.br



VALEU A LUTA

FUNASA FICA!

Força tarefa dos servidores foi fundamental na retirada da extinção. Luta agora é pela reestruturação.



A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada desta quinta-feira (1º), a medida provisória que reestrutura os ministérios do Poder Executivo. A MP 1154/23, cuja vigência se encerraria à meia-noite do dia 1/06, foi votada pelo Senado em regime de urgência (ver abaixo).

A MP fixa o número de ministérios em 31, além de 6 órgãos com status de ministério, em um total de 37 ministros.

O texto aprovado é o parecer do relator da medida, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL). Algumas das principais mudanças ocorrem no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que perde a Política Nacional de Recursos Hídricos e a gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em âmbito federal.

Em razão das mudanças, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional permanece, como no governo anterior, com os recursos hídricos, contando em sua estrutura com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a Agência Nacional de Águas (ANA), que passa a cuidar ainda do saneamento básico.

O Desenvolvimento Regional ficará também com a parte da compensação pelo

Agência Câmara



Após longa negociação com o presidente Lula, Câmara e Senado enfim votam a MP 1154

uso dos recursos hídricos para a produção energética, devida pelas usinas hidrelétricas aos governos municipais, estaduais e federal.

Já o gerenciamento de sistemas de saneamento básico, resíduos sólidos e recursos hídricos, hoje no Meio Ambiente, vai para o Ministério das Cidades, que, no saneamento, atuará inclusive em terras indígenas.

O CAR ficará com o Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. (FONTE: AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS)

Força tarefa - O presidente do Sindsep-

MT, Carlos Alberto de Almeida, ficou eufórico ao ser notificado de que a Câmara dos Deputados havia aprovado a MP 1154 na noite do dia 31 e melhor, que havia sido retirado do texto a extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e dessa forma recriando a Fundação. Foram 337 votos favoráveis, 125 contrários e uma abstenção. Para não caducar, o texto precisa passar pelo Senado nas próximas horas.

O governo Lula correu o risco de derrota no plenário ou de ver a Medida Provisória caducar. Nesse caso, voltaria a valer a estrutura ministerial do governo Bolsonaro. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), chegou a dizer que um eventual resultado negativo seria culpa do Executivo diante da insatisfação generalizada de parlamentares com a articulação política.

Desde que a MP 1156 foi publicada, no

dia 2 de janeiro, extinguindo a Funasa e logo em seguida um destaque foi colocado na MP 1154 (que reestrutura a organização administrativa do Executivo) com a mesma intenção que era acabar de vez com o órgão, por diversas vezes o Sindsep-MT juntou-se com companheiros de outros estados e com ajuda da Condsef, formaram uma força tarefa que percorreu, durante 5 meses, os corredores do Congresso Nacional, pedido apoio dos parlamentares, presencialmente ou por e-mails.

Carlos Almeida agradeceu os companheiros de luta que nestes exaustivos 5 meses, conseguiram o intento da não acabar com o órgão. “O dia de ontem entrou para a história. A todos estes servidores que acreditaram que era possível manter o nosso órgão até o último suspiro nosso e conseguimos reverter aquilo que o governo preparou para nós. Isso só foi possível porque nos mantemos unidos, indo e voltando para Brasília, mesmo com a perspectiva nada favorável”. Para o presidente do sindicato dos servidores, “este dia tem que entrar para a história da instituição, pela luta que nós travamos, da luta da nossa entidade, da Confederação e principalmente dos trabalhadores que somaram junto com a gente. Nós fomos vencedores. Agora gente, vamos lutar pela reestruturação, vamos assumir nossas cadeiras, porque lá é o nosso lugar”, disse o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso.

Condsef/Fenadsef contribui para que ACT não vá ao TST

Nessa quinta-feira, 10, a Condsef/Fenadsef participou de reunião com a direção da Ebserh e outras entidades para apresentar o resultado das assembleias realizadas em todo o Brasil. A maioria absoluta da categoria deliberou pela aprovação da proposta debatida nessas várias assembleias realizadas entre os dias 24 e 30 de maio.

A Condsef/Fenadsef solicitou à empresa uma resposta sobre a proposta apresentada pela entidade garantindo a retirada dos recursos que estão no TST e liberando aos empregados o recebimento de 11% em todos os benefícios com retroatividade assegurada.

A empresa, por sua vez, informou que entrou em contato com todas as entidades que compõem a mesa, pois só aceitaria a proposta da Condsef/Fenadsef caso todas concordassem com a retirada dos recursos que estão no TST.

Num primeiro momento, as entidades resistiram a ideia e até ameaçaram iniciar uma greve a partir desta segunda, 5, o que levou a direção da empresa a ameaçar encerrar a negociação e levar o ACT para mediação no TST o que abriria mais um demorado e desgastante processo judicializado sem qualquer garantia para a categoria.

Ao final, as entidades concordaram em apresentar uma proposta de consenso o que evitou o envio do ACT ao TST. A proposta consistiu em promover uma qualificação do auxílio-alimentação permitindo que a incidência dos 11% dos recursos somados aos 4,92% apresentados pela empresa e mais um acréscimo de R\$140,00 pudessem levar o valor desse benefício a R\$800.

A direção da Ebserh se comprometeu a apresentar uma resposta até segunda-feira, 5. (Fonte: Condsef/Fenadsef)

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O Senado aprovou nesta quinta-feira (1º) — último dia de vigência — a medida provisória 1.154/2023, que reestrutura os ministérios do Poder Executivo. O texto foi aprovado com 51 votos a favor, 19 contra e

uma abstenção. A MP 1.154/2023 mantém as 37 pastas criadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na proposição original, mas muda atribuições de algumas delas. (FONTE: AGÊNCIA SENADO)

EM 2023

69,8% das negociações coletivas resultaram em aumentos salariais

Pesquisa mostra que quase 70% das 3.204 negociações coletivas de 2023 registraram resultados acima do INPC

A negociação coletiva na hora de reivindicar reajustes salariais tem se mostrado mais eficiente para os trabalhadores e trabalhadoras em 2023, mostra o Boletim Nº 32 de “Olho nas Negociações” do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

De acordo com o Dieese, 69,8% das negociações nos primeiros meses de 2023 obtiveram aumento acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação oficial do país. O INPC é levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa do Dieese mostrou ainda que do total 3.204 mil campanhas salariais analisadas neste ano 22,1% repuseram a inflação, enquanto 8,1% acumularam perdas. Os dados foram coletados até o dia 12 de maio deste ano.

Ganhos em abril - Ainda em abril na variação real média, já descontada a inflação, os reajustes tiveram ganhos de 1,3%, o maior no período considerado. O percentual é reflexo tanto da queda do número de resultados abaixo da inflação como da grande incidência de negociações com ganhos reais entre 1% e 2% acima do INPC (cerca de 20% dos casos analisados em abril).

A média do índice de negociações positivas no mês passado ficou menor do que a média do ano, em 62%. Porém, segundo o Dieese, o percentual de reajustes abaixo da inflação também caiu, atingindo a menor marca no ano, ficando em 3,6%.

É a oitava variação real média positiva consecutiva registrada a partir de setembro de 2022, quando se reverteu a série de variações reais negativas que durou 23 datas-bases (10/2020 a 08/2022).

O valor do reajuste necessário (equivalente à inflação acumulada de 12 meses antes da data-base) segue em queda desde setembro de 2022. Para as categorias com data-base em maio, o reajuste necessário é de 3,83%, de acordo com o INPC.

CUT e Centrais apresentam proposta de fortalecimento das negociações coletivas - Desde que a reforma Trabalhista de 2017, que retirou

Foto: Alexandre dos Santos Silva



Reunião do GT entre MTE, representantes dos trabalhadores e empresários

o poder das negociações coletivas em favor da negociação individual, quea CUT e demais centrais vêm tentando fortalecer as negociações que envolvam os sindicatos dos trabalhadores, o que foi impossível durante os anos da gestão antitrabalhador de governo de Jair Bolsonaro (PL). Com um governo de origem trabalhista como o de Lula, somente agora os trabalhadores começam a ser ouvidos.

Na terça-feira (23), em Brasília, houve a primeira reunião do Grupo de Trabalho Interministerial da Negociação (GTI), para discutir sobre reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva no Brasil. A reunião, conduzida pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, contou com a participação do presidente da CUT Sérgio Nobre e de representantes das centrais sindicais, do governo federal e dos empregadores, como confederações do setor produtivo, dentre as quais CNI, CNA, CNT.

“A CUT e demais centrais apresentaram uma série de reivindicações ao Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades patronais que trazem melhorias, o fortalecimento das entidades sindicais, e pontos importantes da reforma trabalhista que precisam ser revistos, diz o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional, Valeir Ertle, que também esteve presente à reunião.

A bancada dos trabalhadores apresentou o “Projeto de Valorização e Fortalecimento da Negociação Coletiva e Atualização do Sistema Sindical Brasileiro”, elaborado em conjunto pelas Centrais Sindicais, com os seguintes objetivos:

- Negociação coletiva valorizada e

fortalecida;

- Direito de negociação coletiva para servidores públicos;
- Sindicatos representativos;
- Representação sindical ampliada;
- Agregação sindical incentivada;
- Autonomia sindical para a organização e o financiamento;
- Participação de todos no processo de transição;
- Unidade fortalecida e,
- Autonomia para regular e operar o sistema de relações do trabalho.

As centrais sindicais reivindicam ainda que sejam mantidas as regras contidas no Artigo 8º da Constituição, que versa sobre associação profissional ou sindical.

Uma nova reunião do Grupo de Trabalho está marcada para o dia 3 de julho, data em que a bancada dos trabalhadores espera ter uma resposta sobre as reivindicações feitas ao governo e aos empresários.

Valorização do salário mínimo pode melhorar os ganhos de categorias

Para Valeir Ertle, a volta da política de valorização do salário mínimo deverá melhorar ainda mais os ganhos dos trabalhadores. Segundo ele, foi por meio de negociações coletivas que muitas categorias conseguiram atrelar o valor do salário mínimo ao piso pago aos trabalhadores, o que deverá refletir positivamente nos próximos reajustes.

“O reajuste do salário mínimo anunciado em 1º de Maio, por Lula, fruto das lutas das entidades sindicais, ainda não se refletiu no índice das negociações, mas certamente contribuirá para melhorar a renda do trabalhador”, acredita Ertle.

SEU FUTURO COMEÇA AGORA!

GRADUAÇÃO
DESCONTOS DE ATÉ **50%***
DEPENDENDO DO CURSO, EXCETO O CURSO DE MEDICINA

PÓS-GRADUAÇÃO UNIVAG
DESCONTO DE **15%**
EM TODOS OS CURSOS

UNIVAG IDIOMAS
DESCONTO DE **15%**
EM TODOS OS CURSOS

Faça a sua inscrição
(65) 3688-6185
corporativo@univag.edu.br

UNIVAG **SINDSEP-MT**
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso



Diretores da Condsef/Fenadsef estiveram na tarde do dia 10, com a nova titular da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do Ministério da Saúde, Etel Matiello, e o substituto Egilson da Silva, onde foi repassado reivindicações da categoria e cobrando soluções emergenciais como o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e como se está dando as transferências de servidores da Funasa para os ministérios da Saúde e Cidades. Como se sabe, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, editou a MP 1156/2023, extinguindo o órgão sem antes consultar os servidores.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, sugeriu que o chefe do RH de Mato Grosso, Lairson Vieira, faça em conjunto com a coordenação do MS, um curso com todas as superintendências que estão tendo dificuldades com o PPP, o que foi prontamente acatada pela coordenadora. Mato Grosso foi até agora, o único estado que está conseguindo liberar aposentadorias ou abono de permanência que estavam parados no MS.



ORGANIZAR PARA AVANÇAR

Para aproximar ainda mais o sindicato do servidor e do empregado público, visando avançar nas conquistas, o Sindsep-MT criou, no Seminário de Planejamento Estratégico, o Sindsep Itinerante.

Fortaleça nossa luta! Filie-se.

SINDSEP-MT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

SERVIX
Administradora de Benefícios

Conheça a **SERVIX SAÚDE**

UM POUCO SOBRE A SERVIX
Uma empresa consolidada com mais de 12 anos de atuação no mercado de Saúde Suplementar, registrada na ANS sob o número 41760-2.

Contamos com uma equipe especializada em disponibilizar planos de saúde, odontológicos e seguro de vida, registrados pela ANS, que atendem a sua necessidade e se encaixam no seu estilo de vida.

- Planos sem taxa de adesão
- Planos mais vantajosos do mercado
- Planos sem coparticipação
- Atendimento nacional
- Desconto em medicamentos

Carlos Alberto
(65) 9.9968-4677
CARLOS.ALMEIDA02@HOTMAIL.COM
WWW.SERVIXSAUDE.COM.BR

MAIO: Atividades do Sindsep em Brasília

Acompanhe nossas ações diariamente em nossa página: www.facebook.com/sindsepmt

Fotos: Mário Hashimoto



O deputado federal Emanuel Pinheiro (MDB-MT) reiterou seu apoio pela manutenção da Funasa e também à PEC 101/2019 que concede plano de saúde aos servidores da extinta Sucam. Ela está parada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposição está sujeita à apreciação do Plenário em Regime de Tramitação Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD).



Estivemos no dia 4, na liderança do MDB, para falar com o relator da MP 1154 (que reestrutura a organização administrativa do Executivo) deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Infelizmente o parlamentar estava em missão no exterior mas fomos bem recebidos pelo assessor parlamentar Gilson Vieira que se mostrou interessado nas nossas reivindicações, ficando de repassar para o deputado relator. A MP praticamente extingue Funasa.



Empregados da Ebserh estiveram reunidos no dia 3 com a direção da empresa, onde foi discutido o ACT 2023/2024. A proposta inicial oferecido pela Sest foi reajuste de 3,82%, auxílio-alimentação de 4,65% e para demais benefícios de 3,84%. A terceira rodada de reuniões entre empregados e direção da Ebserh foi concluída na quinta-feira, 4, em Brasília. Joilson Ruas do Nascimento, diretor do Sindsep-MT e empregado da estatal, está representando os ebserhianos do HJUM.

MTE

Plano de Carreira se conquista com UNIDADE e muita LUTA

Servidores e servidoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem questionado a Condsef, a CNTSS e a Fenasp sobre as entidades estarem inviabilizando o processo de um plano de carreira da categoria que já estaria em vias de aprovação. O diretor da Condsef/Fenadsef, da CUT e servidor público técnico administrativo do MTE, Pedro Armengol de Souza, se juntou ao secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva, para alguns esclarecimentos.

Desde 1990 os servidores do MTE se organizam em torno de sindicatos gerais que se organizam em torno da Condsef/Fenadsef. São 32 anos de muita luta, conquistas e embates. Desde ano passado, quando da última greve dos servidores do MTE, essa luta vem sendo manipulada por interesses de pessoas que não representam os trabalhadores do MTE.

A preocupação maior vem do tipo de manipulação e expectativas falsas que essas pessoas estão levando para a categoria, mesmo sendo pequenos para destruir instituições tão sólidas quanto nossos sindicatos e nossa Confederação. No ano passado, tentaram por várias vezes excluir as entidades legítimas que representam a maioria absoluta dos técnicos administrativos do MTE promovendo movimentos que culminaram numa proposta de plano de carreira fictícia, numa proposta de plano de carreira fake news.

O tempo provou que o governo Bolsonaro sequer autorizou qualquer recomposição nos salários dos servidores, tendo sido o único presidente em pelo menos vinte anos a não dar qualquer reajuste ao funcionalismo. Num cenário completamente adverso onde os ataques aos servidores foram frequentes, não houve qualquer possibilidade de avanço que garantisse efetivamente um plano de carreira. Destacamos que esta é uma reivindicação justa, histórica e legítima da categoria. "Mas só quem não entende a conjuntura brasileira acredita que hoje estaria sendo encaminhado um plano de carreira maravilhoso, isso é irreal. Inclusive, como servidor do MTE eu também quero e espero um excelente plano de carreira. O que não podemos é colocar expectativas que não são reais, num momento de discussão inclusive de arcabouço fiscal extremamente restritivo inclusive para servidores públicos", pontuou Armengol.

'Pauta fake news' atrapalha o legítimo debate de carreira

A Condsef/Fenadsef nunca foi e jamais será contrária a pautas de reivindicação de sua base. Mas não vamos legitimar quem é ilegítimo e nenhuma pauta fake news. Nossa entidade tem responsabilidade e não pode concordar jamais que se gere falsas expectativas na categoria já bastante atacada e sofrendo consequências graves de sucessivos anos de política de desmonte que atinge a todo o serviço público brasileiro. Se-

guimos lutando pela valorização dos servidores e investimentos adequados no fortalecimento dos serviços públicos que passam pela necessidade de debate franco, mobilização, pressão e luta pela reestruturação de planos de carreira de todo o Executivo Federal.

Esse debate deve ser feito de forma séria, permanente, nos espaços que garantam a participação da categoria. Carreira se constrói com unidade, muita luta e ao longo de nossa história sempre provamos que avanços são possíveis num contexto de mobilização. Não são pessoas ilegítimas que vão manchar nossa história. Faremos um debate franco como sempre, com diálogo com os trabalhadores.

Estão mentido para os servidores do MTE e isso não pode ser tolerado. "Desafiamos a qualquer um provar qual foi o momento que nossa Confederação foi contra qualquer plano de carreira para nossa base. Ao contrário, estamos sempre trabalhando em defesa das pautas dos servidores, travando debates com seriedade e responsabilidade", reforça Sérgio Ronaldo da Silva.

"Não acredite em mentiras e injustiças. Esse debate passará pela mesa nacional de negociação permanente do Ministério da Gestão e da Inovação. Acompanhe e participe desses debates. A Condsef/Fenadsef fará 33 anos sempre pautada na busca por avanços nas pautas dos servidores públicos, com muita luta, com seriedade, respeito e transparência. Não se deixe iludir por falsos profetas", pontuou.

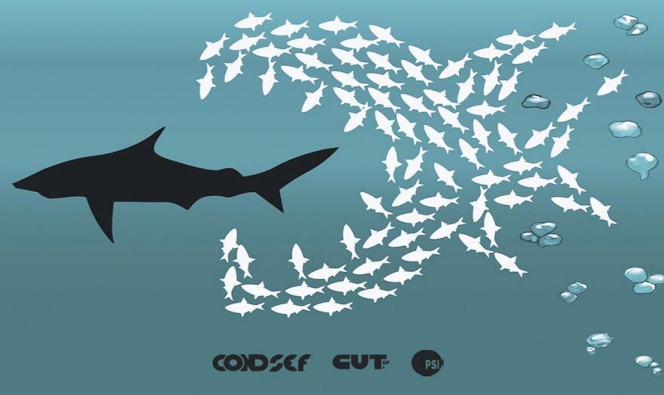
SINDICALIZAR PARA FORTALECER

A filiação ao **Sindsep-MT** é o único meio de os servidores manterem o sindicato forte e combativo na defesa de seus direitos e conquistas. Defensor da livre associação dos trabalhadores sem a interferência dos patrões e do Estado – conforme a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, o **Sindsep-MT** depende exclusivamente da contribuição espontânea dos filiados para manter sua autonomia.

A mensalidade sindical é 1,3% da remuneração e o **Sindsep-MT** não impõe nenhum custo adicional para acesso à assistência jurídica em questões trabalhistas, pois é o sindicato quem arca com todas as custas e despesas judiciais das ações inclusive os honorários de sucumbência, caso não logre êxito na ação. No caso de ação vitoriosa, o filiado repassa apenas 12% de honorários advocatícios, sendo que 2% são revertidos para o Fundo de Assistência Jurídica do Servidor.

QUEM FAZ A FORÇA DO SEU SINDICATO É VOCÊ

A luta que a gente perde é a luta que a gente não faz



Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandineia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

ARTIGO

O DESAFIO DO GOVERNO LULA 3

Antônio Augusto de Queiroz*

Os governos Temer e Bolsonaro, além das amarras fiscais e das restrições impostas à atuação das empresas estatais, desregulamentaram direitos, desmontaram a máquina pública, e desativaram os mecanismos de fiscalização e controle do Estado — especialmente em questões trabalhista, ambiental e de direitos humanos — e também entregaram a gestão do orçamento aos partidos fisiológicos do Congresso Nacional, que ganharam poder extraordinário sobre o Executivo.

Além disto, neste terceiro mandato, o presidente Lula herdou País dividido e com excesso de demandas em todas as áreas de atuação do Estado, além do Congresso e de setores de mercado viciados pelas concessões feitas pelos governos anteriores, que agradaram a ambos em troca de apoio para concluir seus mandatos.

De um lado, as concessões feitas por aqueles governos aos partidos em troca de apoio no Congresso, como o aumento exagerado dos fundos eleitorais, partidários e das emendas parlamentares, inclusive com o chamado orçamento secreto, e a entrega da gestão do Orçamento Público aos partidos do Centrão, deram poder extraordinário à essas forças políticas, majoritariamente formadas por partidos conservadores e controlados pelo mercado, fazendo dessas vetor de resistência à aprovação e implementação da agenda progressista referendada pelas urnas na eleição presidencial de 2022.

De outro, a desregulamentação da economia e das relações de trabalho, combinado com a desativação da fiscalização do Estado em todas as áreas naquele período, deram ao mercado o discurso de que o País precisa de previsibilidade e de segurança jurídica e que, portanto, a revisão de marcos legais, mesmo aqueles completamente absurdos, como o voto de qualidade ao contribuinte no Carf, caracterizaria ausência de incentivo ao investimento ou perseguição ao mercado. É um desafio e tanto.

Para fazer as entregas que prometeu na campanha, o presidente Lula terá que superar muitos obstáculos, sobretudo de natureza política. E, nesse particular, precisa reforçar 2 seto-

res: a comunicação e a coordenação de governo, pois na área econômica já conta com equipe de qualidade — Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Industria, Comércio e Serviço) — e que possui boa aceitação no mercado, na mídia e no Parlamento, apesar da postura divergente do presidente do Banco Central, indicado pelo governo anterior para mandato de 4 anos, que se encerra em dezembro de 2024.

Comunicação de governo

A comunicação tem sido ponto fraco do governo, tanto no método quanto no conteúdo. No método, tem priorizado mais a resposta à oposição do que as realizações de governo, além de não ter sido criativa na retomada de programas sociais, que voltaram com os mesmos nomes e com carimbo de coisa antiga.

E no conteúdo, anúncios têm sido feitos por ministérios setoriais sem a coordenação da Casa Civil, da Secom e da Presidência da República, sendo posteriormente desautorizados, com enorme desgaste para a unidade e credibilidade do governo.

Uma forma de resolver isto seria, de um lado, o presidente da República determinar que nenhuma iniciativa sobre política pública pudesse ser anunciada sem análise prévia da compatibilização com as diretrizes de governo e da viabilidade política e jurídica, o que pressupõe passar antes pela Secretaria de Relações Institucionais e pelas Secretarias Especiais da Casa Civil de Análise Governamental e Assuntos Jurídicos e, de outro, priorizar a divulgação da agenda positiva de realizações do governo frente à agenda negativa de resposta à oposição, para reforçar a proatividade do governo, como aconteceu com a recriação do Conselho com o acréscimo da palavra “Sustentável” e no anúncio de antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas do INSS, que ajudam a injetar recursos na economia.

Coordenação eficiente do governo

Já a coordenação eficiente do governo se impõe basicamente por 2 razões: a transversalidade temática entre os diversos ministérios, para que todos falem a mesma linguagem, e a necessidade de respostas tempestivas às demandas e indagações do Parlamento, cuja reação tem sido mais em decorrência de desencontro no governo do que propriamente de hostilidade às propostas governamentais.

Demonstram isso o caso das MP sem conversa prévia com partidos da base e a demora nas explicações a respeito dos decretos de saneamento básico, que a Câmara entendeu como desdém dos ministérios demandados: Casa Civil e Cidades.

Com composição muito próxima daquela vivenciada durante o governo Bolsonaro, inclusive com a continuidade da direção das Casas, o Congresso ganhou muito poder nos últimos anos e vai precisar de atenção especial por parte da coordenação de governo.

Além das bancadas informais, que possuem muito poder de pressão no Congresso — agronegócio, evangélica e segurança — o diálogo mais urgente é com os partidos políticos, que estão organizados em 4 grandes blocos no interior da Câmara dos Deputados:

- 1 composto informalmente pelos partidos de esquerda — federações PT, PCdoB e PV; e PSol/Rede;
- 1 integrado formalmente por forças do Centrão e partidos de centro-esquerda – União, PP, Federação PSDB/Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota;
- outro constituído formalmente pelos partidos MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC; e
- por fim, o bloco informal de oposição, formado basicamente pelo PL e o Novo. O PL possui pelo menos 60% da composição que não é fundamentalista nem bolsonarista.

Secretaria de Relações Institucionais

A Secretaria de Relações Institucionais, para fortalecer a relação com o Congresso, vai precisar estreitar mais os laços com os partidos da base de apoio ao governo, coordenando melhor o contato com os líderes do governo e dos partidos da base, mas também vai necessitar ser empoderada e receber reforço em sua estrutura, afinal sua atuação inclui, além da interlocução com o Poder Legislativo, a relação com os entes federativos e, por intermédio do Conselho, com setores do mercado e da sociedade civil.

Esse fortalecimento deve envolver a capacidade de mobilização de parlamentares da base governista para o enfrentamento em plenário com intervenções, discursos e pronunciamentos em favor do governo, de forma a reduzir o predomínio dos discursos oposicionistas nos veículos de comunicação do Congresso, como ocorre com a Voz do Brasil, em que parlamentares de Oposição, com frequência, dominam o tempo com virulentos ataques ao governo, até mesmo apelando para fake news.

Rever métodos e melhorar coordenação intergovernamental

Para o presidente Lula repetir no atual mandato, a performance dos mandatos anteriores, o governo vai precisar rever seus métodos e melhorar a coordenação intergovernamental, bem como a comunicação interna e externa do Poder Executivo, inclusive com unidade de linguagem e prioridade na divulgação de ações governamentais.

Sem relação cooperativa do Congresso, dos entes subnacionais e do empresariado, o governo terá dificuldade na aceitação e implementação de agenda prioritária que deseja implementar.

(*) JORNALISTA, ANALISTA E CONSULTOR POLÍTICO, MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO PELA FGV. É SÓCIO-DIRETOR DAS EMPRESAS “CONSIILLIUM SOLUÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS” E “DIÁLOGO INSTITUCIONAL ASSESSORIA E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS”. FOI DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO DIAP E É MEMBRO DO CDESS (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA) – CONSELHÃO.



NOME	DIA		
ADALBERTO JUSTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	15	FABIENE DOS SANTOS	03
ADEMAR VIANA DOS SANTOS	21	FABRICIO MONTEIRO DA SILVA	19
AGUINALDO ANTONIO DA SILVA	12	FERNANDO PEDROSO DA SILVA	27
AIDA BATISTA DA CRUZ LOPES	15	FRANCISCO DE PAULA GONCALVES	17
ALCINO FERREIRA	15	GENETE MARIA TIBALDI DOS SANTOS	05
ALDAIR BENEDICTA BASTOS	21	GERSON ALVES DA SILVA	26
ALDINA EMILIA RAMOS ANDRADE	27	GERSON ORMONDE LIMA	20
ALESSANDRA EMANUELLE CUNHA RODRIGUES	06	GERVASIO LEONCIO DE ARRUDA	19
ALEXANDRE MARCELINO DE ASSIS	26	GESSY DA MOTA MACEDO	28
AMARILDO QUEIROZ DE SOUZA	14	GILSON JOSE DE OLIVEIRA	10
ANA ROMANA DA SILVA BERNARDO	15	GIRLENE ONELIO MARTINS	10
ANGELA MARIA DA SILVA JARDIM	19	GLAUCIA CRISTINA FERREIRA DE CAMPOS	08
ANISIO TEIXEIRA DE MATOS	28	GUILHERME HEIS CODA DIAS	25
ANTONIA FRANCISCA DE OLIVEIRA BARROS	12	GUMERCINDO GONCALVES TROCHE	12
ANTONIA ROSA DE FRANÇA	13	HILTONEY DE OLIVEIRA	20
ANTONIO CARLOS DA SILVA	30	HUMBERTO SALDANHA DE ALMEIDA	25
ANTONIO GUABIRABA DA SILVA MOREIRA	11	ILSON CESAR PEREIRA BRANCO	25
ANTONIO JAIR FIDELEX	14	INALVA NUNES	22
ANTONIO LUZ MESQUITA	11	ITAMAR MOREIRA DE SOUSA SANTOS	11
ANTONIO NUNES	11	IVANILDA RODRIGUES PACHECO	02
ANTONIO RODRIGUES DE MELO	15	IZANILDE NEVES DE MOURA	30
ANTONIO SANTOS BERTINI NETO	04	IZAU CELESTINO DA SILVA	11
ANTONIO SERGIO IORI	24	JANAINA PEREIRA DO CARMO	18
ANTONIO VALDEMIRO DE OLIVEIRA	22	JANETE ALEXANDRE MARTINS ROSADA	01
ANTONIO VALDIVINO DE SIQUEIRA	01	JESSILYN ALMEIDA DE OLIVEIRA	12
APARECIDO BRIOSCHI	22	JOAO AQUINO DE AMORIM	24
ARELI RAMOS DA PAIXAO	27	JOÃO BAPTISTA DE AZEVEDO	24
ARMANDA FRANCISCA DE ALMEIDA	23	JOAO BATISTA DA SILVA	24
BENEDITO ASSIS DA SILVA	21	JOAO BATISTA DE ABREU	23
BENEDITO FIRMO DE ANUNCIACAO	01	JOAO BATISTA DE SOUZA REIS	21
BENEDITO SAVIO LOPES PEREIRA	21	JOAO BENEDITO DA SILVA	04
BENISVALDO TEIXEIRA LOPES	21	JOAO DAVID	24
BERNADINA DA SILVA BALOSIO	12	JOAO EVANGELISTA BABATI	15
CARLOS DAVID BARROSO TEIXEIRA	26	JOÃO PAULO MARTINS VIANA	30
CARLOS MARCIO VIEIRA BARROS	02	JOAO SERGIO CARVALHO DO NASCIMENTO	24
CATARINO VEIGA DA CONCEICAO	18	JOAO SOARES BARBOSA	24
CESARIO ALVES DA ROCHA	09	JOAO VITORINO DE SOUZA	24
CHIRLE COLPINI	15	JOAQUIM PEREIRA DE SOUZA	15
CHRISTINE FARRAH MARTINS DE AQUINO MORAES	17	JOARA VERUSKA LEITE MORAES	13
CIRILO SIMOES	06	JONAS PAULINO MAGALHAES	22
CLAUDIA JOANIL PROVENZANO	22	JORGE SENATORE VARGAS RODRIGUES	20
CLAUDIA PEREIRA GONÇALVES	07	JOSE FERREIRA DA SILVA	02
CLEOMAR JOSE DA COSTA	22	JOSE FERREIRA DE FIGUEIREDO	28
DAIANA CARVALHO COSTA	27	JOSE GONZAGA DE FREITAS	21
DALVA OLIVEIRA DA CRUZ	02	JOSE LUIZ JALES	02
DALVETE DA CRUZ COELHO	29	JOSE OLAVO DOS SANTOS	25
DALVETE MARIA DA COSTA	21	JOSE PEDRO DE LIMA	29
DEOLINDO LARA DE OLIVEIRA	21	JOSE PEDROSO DA SILVA	29
DILSON ROCHA MATIAS	01	JOSE WILSON FERRAZ	16
DINILCE CORREA DA COSTA	11	JOSIAS HENRIQUE DOS SANTOS	14
DIONE VIERO VIANA	14	JOSUE MOREIRA LOPES	15
DOMINGOS SAVIO DE SANTANA	19	JULIANO PAUAKA	27
DONATO RAMOS	15	JUNIOR MARTINS DA COSTA	24
DORAMY ONILDES DE AZEVEDO	12	JUSSARA CONCEICAO DIAS DO CARMO	09
EBE MARQUES FONTES	18	JUSTINA JULIANA APRINIO DA LUZ GUIA	19
EDILENE CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO SIQUEIRA	30	KEILA LINA LUTKE	03
EDIVAN DA SILVA CAMPOS	22	KELBIA CORREA DOS SANTOS	18
EDJORGE DOS SANTOS	15	LAURA DE SOUSA DIAS	04
EDNA SILVANE DAS NEVES KELLER	18	LAUZINA BENEDITA DE ARAUJO	30
EDSON GOMES DE ARRUDA	18	LEDA CAMPOS DAS NEVES	30
EDSON ROBERTO FERREIRA BUECHEN LEMOS	10	LEONINO MARIA DE PROENÇA	08
EDUARDO DRIEMEYER	04	LINO TSERE UBUDZI MORITU	11
EDUARDO MARCELINO MARTINS NETO	08	LUCIENE SIQUEIRA DA SILVA	22
EGLIVANI FELISBERTA MIRANDA	29	LUCIMAR MIRANDA RIBEIRO	09
ELZA BARBOSA DOS SANTOS	29	LUCIO MARÇAL JARA	30
ESTEVAO CARLOS TAUKANE	21	LUIS BARRETO DA SILVA	22
		LUIZ MAURICIO ALMEIDA SANTOS	20
		LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA	06
		LUIZ CARLOS DE LIMA	14
		LUIZ FELIX DA COSTA	21
		LUIZ RODOLFO CUSTODIO PINTO	22
		LUIZA QUINTINA SILVA DE JESUS	23
		MANOEL BELEM DE SOUZA	07
		MANOEL CONCEICAO DE ARRUDA	16
		MARGARIDA AMORIM DA SILVA	10
		MARIA ALZIRA RIBEIRO DE OLIVEIRA	05
		MARIA AMELIA MOREIRA DA CRUZ	10
		MARIA ANTONIETA ZALOIMOERO	04
		MARIA APARECIDA DA SILVA	24
		MARIA AUXILIADORA MOURA DO NASCIMENTO	18
		MARIA ELENA SASSE	14
		MARIA JERACINA DA SILVA MIRANDA	02
		MARIA JOANA HRYSYK ARAUJO	21
		MARIA JOSE LOPES DE QUEIROZ	12
		MARIA LUCIA FERNANDES DE CASTRO LIRA	30
		MARIA LUIZA CINTRA	03
		MARIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO	07
		MARIA ZAIRA PEREIRA DA SILVA	07
		MARINEZ APARECIDA DE CAMPOS	15
		MARINO PINHO DE OLIVEIRA	10
		MARLENE VIEIRA VIRGILATO	01
		MIRIAN DE SOUZA CANÇADO	06
		MOACIR ALVES DE OLIVEIRA	21
		NAIR PINOTE SENA	15
		NILVA ROMAN	13
		NILZA BENEDITA DE QUEIROZ	30
		NOISE MARIA DA COSTA	26
		ODILON VIEIRA DOS SANTOS	05
		ONOFRE CLARO DE CAMPOS	12
		OSWALDO RODRIGUES DE PAULA	08
		PALMIRA DE ARRUDA E SILVA	10
		PASCOALINA RETARIO	28
		PAULO BALOSIO	29
		PAULO DINIZ DA SILVA	06
		PAULO ROGERIO BARCELOS SANTIAGO LIMA	30
		PEDRINA CARDOSO DA SILVA	29
		PEDRO ALVES DOS SANTOS	29
		PEDRO ARGEMIRO DE ARRUDA	20
		PEDRO HENRIQUE PARÁ	29
		PEDRO SPANI	29
		PERCIDES COUTINHO	10
		PRISCILA ALVES FERREIRA	22
		PUIU TXUCARRAMAE	24
		RAIMUNDA ROSICLER PEREIRA GUIMARAES	04
		RAIMUNDO CUNHA PIMENTEL	26
		RAIMUNDO RODRIGUES BALDUINO	20
		RAUL COSTA	22
		REGINA LOURDES DA SILVA CARVALHO	06
		REINALDO RIBEIRO MIRANDA	28
		RENATO SARI	06
		RICARDO AMBROSIO CURVO	09
		RITA DE ALMEIDA MONTEIRO	30
		RITA DE OLIVEIRA SIQUEIRA	01
		ROBERTO PEREIRA BRAVO	09
		RODOLFO SIMISUTE	15
		RODRIGO SILVA ROCHA	21
		ROLDAO GOMES DE AMORIM	04
		ROSALVA BATISTA PEREIRA	24
		ROSANGELA FERREIRA DOS SANTOS	12
		SATURNINO DE JESUS	03
		SEBASTIANA AMORIM	19
		SEBASTIAO DE OLIVEIRA	21
		SEBASTIAO DUROURE DA SILVA	01
		SEBASTIAO LOPES	21
		SERGIO OTAVIANO TENORIO	12
		SEVERINO BRAZ MOREIRA	15
		SOENIR OLIVEIRA DE AGUIAR	11
		SONIMAR DA SILVA LOPES	20
		SYDNEY BENVINDO SILVA	09
		TARCISIO DE MORAES JARDIM FILHO	09
		TEODOMIRO LUIZ AMORIM	27
		TERESA EIKO OKADA DA COSTA	20
		TEREZINHA FLORINDA DE JESUS	08
		VALDERLEI DE ALMEIDA	06
		VALDIR CABREIRAS DA SILVA	09
		VALERIO GOBBATO	28
		VIRGINIA RESENDE RODRIGUES	10